



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

Desigualdade Social nos municípios de Nova Esperança/PR e Londrina/PR: uma aproximação

Nathália Cristina de Carvalho¹

Ana Patrícia Pires Nalesso²

Ana Lúcia Kraiewski³

Angela Cristina Lopes⁴

Resumo: Este artigo, inserido no escopo de estudos sobre a realidade social, foca na dinâmica local que permite a organização e disponibilização de informações sobre aspectos sociais e econômicos que fomentam as desigualdades sociais. Apresenta como recorte a leitura dos dados e estatísticas públicas de Londrina e Nova Esperança, cujo objetivo é sistematizar informações socioeconômicas para enriquecer o debate sobre desigualdade social. O conteúdo posto aqui utiliza a plataforma CECAD e a pesquisa Mapa da Riqueza no Brasil (FGV Social). Por fim, busca agregar novos elementos à discussão sobre desigualdade, comparando municípios de grande e pequeno porte no Paraná.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Cadastro Único; Bolsa Família; Indicadores Sociais.

Abstract: This article, situated within the scope of studies on social reality, focuses on the local dynamics that enable the organization and provision of information regarding social and economic aspects that foster social inequalities. It presents a focused analysis of public data and statistics from Londrina and Nova Esperança, aiming to systematize socioeconomic information to enrich the debate on social inequality. It utilizes the CECAD platform and the Mapa da Riqueza no Brasil (FGV Social) research for this purpose. Ultimately, it seeks to contribute new elements to the discussion on inequality by comparing municipalities of large and small sizes in Paraná.

Keywords: Social Inequality; Unified Registry; Bolsa Família (Family Allowance); Social Indicators.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo integra o campo de estudos sobre indicadores de realidade, reconhece as contradições e antagonismos que formatam a sociedade brasileira e entende a relevância de uma aproximação ao contexto social, econômico e geográfico através de uma análise científica/critica que se apropria de determinantes históricos, estruturais e conjunturais para o

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: nathalia.cristina@uel.br

² Professora doutora em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: apatriciapn@uel.br

³ Doutoranda em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, assistente social em Nova Esperança/PR, e-mail: aluciakr@hotmail.com.

⁴ Assistente Social em Cambé/PR, e-mail: angelacristina.lopes@live.com



campo das políticas sociais Neste sentido, buscamos apresentar uma leitura sistematizada dos dados sócios econômicos que permita agregar elementos a discussão da desigualdade social, o que poderá contribuir para subsidiar o pensar e a gestão das políticas públicas.

Este estudo pauta que a desigualdade social, no momento político econômico vivenciado no Brasil, só pode ser apreendida e/ou enfrentada, inicialmente, a partir do trato dos dados da realidade, expressos nos indicadores sociais, aqui entendidos como “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas sociais)” (Jannuzzi, 2001, p.15), ou seja, um indicador nos informa sobre determinados fenômenos presentes nas sociedades, assim como aponta para possíveis mudanças que possam estar se processando. É importante destacarmos que a importância e legitimidade de um indicador está diretamente ligada à veracidade e valor dos dados que subsidiam sua construção. Há hoje, ainda, à disposição dos pesquisadores uma variada e confiável quantidade de dados que permitem a construção de indicadores valiosos para o estudo e enfrentamento da desigualdade social no país. No presente estudo elegemos, como fonte prioritária de informações, o conjunto de dados produzidos pela plataforma CECAD, do Cadastro Único da política de assistência social, e pelo Mapa da Riqueza, pesquisa produzida pela FGV Social no ano de 2023, a qual refere-se a dados de 2020.

Quando falamos de desigualdade social e de indicadores imediatamente somos remetidos ao Índice GINI, ele apresenta uma quantificação sobre a desigualdade de renda. Segundo Campello (2018) a mensuração realizada pelo Índice GINI

aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária. (Campello *et al*, 2018, p.55).

O Índice Gini se apresenta expresso em uma escala ente 0 e 1 onde local analisado quanto mais perto conseguir chegar do 0 (zero) menos desigualdade apresenta. O Brasil, segundo índice GINI apresentado no relatório de 2020 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, está entre os 10 países mais desiguais do mundo.

Mesmo que revelando a condição severa de desigualdade no país, Campello *et al* (2018) apontam que, de fato, esse índice foca na questão da renda, não levando em consideração o acesso a bens e serviços. Nesse sentido, podemos indicar que a desigualdade, em determinadas regiões de nosso país, pode ser ainda maior do que o coeficiente Nacional, uma vez que a implementação de políticas sociais não ocorre de forma uniforme, ou melhor não corresponde à desigualdade territorial brasileira.



Para Campello (2018) a visão da desigualdade social deve se associar a outras conquistas civilizatórias como a emancipação e a liberdade:

Uma visão reducionista da desigualdade conduz sempre a uma visão reducionista da emancipação e da liberdade humana. A busca pela desnaturalização da desigualdade passa pela conscientização de que se trata de um conjunto de injustiças. A desigualdade social é sempre uma relação política passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites. (Campello *et al*, 2018, p. 56).

Frente a isso, destacamos que, por coerência metodológica, a leitura e análise sobre a desigualdade nas sociedades sempre se construirá com a chave explicativa que relaciona a desigualdade social à desigualdade econômica e os antagonismos de classes que desenham o modelo capitalista de produção.

Pensar saídas para a desigualdade social requer, necessariamente, conhecer os indicadores sociais. Além disso, é essencial considerar a vontade política de gestores e a capacidade de luta e organização da sociedade civil, num contínuo movimento de disputa dos diferentes projetos econômicos, implicando na disputa pelo fundo público. Nesse processo, tanto o acesso a informações pelo poder público, com pelo movimento social organizado pode fazer a diferença, como nos aponta Jannuzzi (2005), pois esse tipo de formulação de indicadores sociais é fundamental para

uso no ciclo de políticas públicas, inicia-se a partir da explicitação da demanda de interesse programático, tais como a proposição de um programa para ampliação do atendimento à saúde, a redução do déficit habitacional, o aprimoramento do desempenho escolar e a melhoria das condições de vida de uma comunidade. A partir da definição desse objetivo programático, busca-se, então, delinear as dimensões, os componentes ou as ações operacionais vinculadas. (Jannuzzi, 2005, p. 138).

Desse modo, o conteúdo que elegemos destacar neste recorte do estudo⁵ destaca a relevância dos indicadores sociais para a ampliação do acesso às políticas sociais e, por conseguinte, a novos marcos civilizatórios. A organização dos resultados aponta, inicialmente, o uso de indicadores sociais e econômicos na política de assistência social. Essa escolha se deu pelo fato de que essa política pública, em que pese sua instituição republicana e federativa ser recente (demarca 2 décadas da implantação do SUAS), já evidencia o acúmulo de informações e o uso intrínseco do Cadastro Único para definir seu público alvo dentre outras ações. Num segundo momento, apresenta-se o resultado de um estudo empírico sobre a desigualdade social com base em indicadores advindos, tanto de instituto de pesquisa oficiais, quanto do Cadúnico. A relevância destes conteúdos se faz pelo necessário alerta de que o uso de informações sistematizadas e analisadas contribuem para a gestão de políticas

⁵ Este estudo compõe a pesquisa desenvolvida no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, sob o título “Análise da desigualdade social em Londrina – leitura continuada articulando indicadores sociais e econômicos”.



sociais e, conseqüentemente, podem incidir no aumento do acesso ao sistema protetivo brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, foi preconizado o aprimoramento de um modelo de gestão baseado na utilização das ferramentas de informação, com o objetivo de possibilitar:

[...] A mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. Agregado a isto, a Conferência ainda aponta para a necessidade de utilização de um sistema de informação em orçamento público também para as três esferas de governo. [...] (Brasil, 2004, p. 55-56)

É legítima a preocupação em criar ou aprimorar sistemas de informação que subsidiassem a operacionalização da política social, pois, se trata de um grande desafio realizar ações articuladas entre os três entes federativos com bons índices de efetividade em um país como o Brasil, dada suas dimensões continentais e as especificidades de cada região. Desse modo, é imprescindível um sistema sólido de informações para nortear o alinhamento dos serviços ofertados à população.

Como aponta o trecho citado acima, a PNAS também traz para a discussão a necessidade de sistematizar as informações que tangem o financiamento público, com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos orçamentários do país.

As informações são importantes aliadas no direcionamento e aplicação das verbas públicas, pois através do levantamento de dados, estatísticas e o desenvolvimento de indicadores sociais é possível mapear as demandas e necessidades dos diferentes territórios.

De acordo com Jannuzzi (2018, p. 9):

[...] A efetividade das políticas públicas depende de muitos outros fatores institucionais e operacionais, mas a disponibilidade da informação estatística de boa qualidade e regularidade potencializa as chances de sucesso, ao permitir a identificação de demandas sociais latentes na sociedade (e sua vocalização por grupos interessados em influenciar a agenda governamental), viabilizar a elaboração de diagnósticos mais robustos em escopo e escala territorial, possibilitar o mapeamento de capacidade de gestão e atendimento de serviços no território e oportunizar indicadores de monitoramento e avaliação, mais gerais e às vezes mais específicos, de políticas e programas.

A produção de estatísticas e indicadores sociais permite que os profissionais e gestores da política de assistência social se aproximem do território onde estão atuando e da população ali pertencente, sem perder a dimensão dialética do cotidiano “[...] Em suma, o conhecimento



e utilização dos indicadores sociais provêm a compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades” (Ywata; Giroto; Rocha, 2008, p. 1).

Arregui e Santos (2009, p. 75) explicam que a informação possui uma dimensão técnica e política, a dimensão técnica trata “[...] do aprimoramento e da institucionalização das funções de vigilância, monitoramento e avaliação, entendidas como parte do processo de gestão, no qual o uso de dados e informação deve realimentar a política e suas provisões”.

Dessa forma, é na dimensão técnica que os dados colhidos através dos sistemas de informação permitem o desenvolvimento de diagnósticos socioterritoriais, onde é possível identificar as possíveis vulnerabilidades, situações de risco e desproteções no território, ressaltamos que esse processo constitui o cerne da vigilância socioassistencial, que traz como foco o monitoramento das mudanças sociais existentes no recorte territorial proposto.

Ademais, através dos registos cadastrais dos usuários é possível traçar o perfil populacional e mensurar, por exemplo, quais ciclos de vida predominam em dado território, ou outras particularidades que tangem a vida social. Dessa forma, Jannuzzi (2001, p. 154) orienta que

Ter conhecimento estruturado acerca das características dos públicos-alvo, da realidade sociodemográfica de vivência deles, das potencialidades e fragilidades da economia, da dinâmica conjuntural do emprego, das restrições e condicionantes ambientais desse contexto de vivência é um bom ponto de partida para assegurar que os programas e outras ações públicas estejam mais ajustados às necessidades de seus públicos-alvo e ao contexto da intervenção social, o que amplia as chances de sucesso e de efetividade das Políticas Públicas no país.

Com a produção de dados qualitativos também é possível avaliar o alcance e mensurar a eficácia das ações desenvolvidas, monitorar e avaliar a atuação da gestão na incorporação das demandas da sociedade nas agendas de governo.

Os gestores por sua vez, mediante a leitura da realidade através das informações tratadas podem elencar “os problemas prioritários e suas respectivas causalidades” (Brasil, 2013, p. 68) e vislumbrar “recursos e potencialidades locais que delimitam as reais oportunidades e alternativas de desenvolvimento de uma intervenção” (idem).

Com relação à dimensão política, os autores Arregui e Santos (2009, p.75) expõem que:

[...]É uma ação política devido à importância de tornarmos públicas informações de qualidade (indicadores de monitoramento e avaliação, resultados de programas, projetos, benefícios e serviços) para que usuários da assistência social e a própria sociedade possam influenciar nos rumos da política, fortalecendo a cultura de transparência, de prestação de contas e de controle social na administração pública.

A publicização das informações sobre a política de assistência social para a população vai ao encontro das diretrizes da própria política, onde prevê a participação da população nas decisões. Dessa forma, a produção de indicadores e a divulgação dos mesmos corroboram para o fortalecimento de uma gestão democrática, pois “[...] somente informada pode uma



população fazer um julgamento claro sobre a validade das oportunidades e dos instrumentos postos à sua disposição” (Ammann, 1977, p. 25).

Faleiros (2013, p. 43) também corrobora com a ideia de que o compartilhamento de informações com a sociedade contribui diretamente para o fortalecimento do Controle Social, isso porque “[...] A informação constitui um eixo central para o exercício da cidadania, ou para subsidiar a tomada de decisões e para gestão da própria sociedade”.

Nas últimas décadas, no bojo da descentralização na prestação de serviços sociais das instâncias federal e estadual para as prefeituras, alguns órgãos públicos vêm disponibilizando os dados de seus cadastros para outras finalidades, que não apenas o controle administrativo ou registro legal para o qual foram idealizados. Com isso, tem possibilitado a construção de novos indicadores para monitoramento de programas e formulação de políticas sociais, especialmente em âmbito municipal (Jannuzzi, 2001, p. 51).

É importante identificar o contexto histórico da criação do Cadastro Único e como o mesmo foi executado ao longo do período proposto, observando, em especial, as tratativas do Governo Federal frente a ele e os demais programas sociais.

Dentro do que se diz respeito à desigualdade social, pensá-la a partir de dados do Cadastro Único traz à luz estatísticas necessárias para que as políticas públicas possam ser avaliadas, assim como, aprimoradas diante esses dados.

O Cadastro Único representou um avanço significativo na perspectiva de coleta de dados, sistematização das informações e unificação de uma base de dados dos cidadãos que necessitam acessar os programas sociais. Analisar, de forma sistematizada, tais dados nos permitem progredir no diálogo entre os territórios, usuários das Políticas Públicas, em especial da Assistência Social e a vigilância socioassistencial.

Uma abordagem sistematizada sobre os dados cria possibilidades em gerar, nas gestões públicas, o conhecimento sobre o potencial dessas informações, otimizando o emprego dos programas e impactando diretamente o cenário de desigualdade social. Um dos grandes desafios postos é avançarmos na organização e análise de dados obtidos e contribuir, por sua vez, para a discussão sobre a desigualdade social.

3 DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE DADOS

O Cadastro Único (CadÚnico) foi instituído através do Decreto 3.877 de 2001, com a finalidade de concentrar as políticas sociais do Governo Federal. Dentre as políticas abrangidas a mais notória é o Programa Bolsa Família (PBF), onde o Cadastro Único foi



principal instrumento de seleção e identificação de famílias a serem beneficiadas pelo Programa.

O CadÚnico reúne o principal conjunto de informações de famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza, norteador de programas nas esferas federais, estaduais e municipais que atendem as camadas mais vulneráveis da população.

A identificação das famílias de baixa renda e respectiva alimentação dos dados referentes a elas no Cadastro ficam a cargo das prefeituras municipais, onde é previsto visita domiciliar para 20% das famílias cadastradas.

As informações contidas no CadÚnico são valiosas para obtermos um retrato amplo e rico das famílias em situação de vulnerabilidade social, contendo informações como idade, renda *per capita*, características do domicílio, acesso a água, energia elétrica, coleta de lixo, características da via como iluminação e calçamento, etc.

Os dados concentrados no CadÚnico, através da plataforma CECAD, fornecem uma perspectiva sobre o profundo cenário de desigualdade social e econômico ao qual parte da população brasileira é assolada, podendo, por meio desses dados, obtermos essas informações acerca de territórios específicos, vislumbrando, com mais precisão, as particularidades de cada território.

O CadÚnico possui papel ímpar na gestão de políticas e de programas sociais que visam a redução da pobreza e da desigualdade absoluta visto que tal cenário é uma constante em nosso tecido social ao longo da história política social brasileira.

Como se sabe,

A tendência histórica de concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. Países com renda per capita similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. Segundo dados oficiais, cerca de 55 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza. Destes, cerca de 22 milhões em indigência. No debate sobre os desafios para a superação deste quadro, a relação entre política econômica e políticas sociais ocupa um lugar central. (Weissheimer, 2006, p. 10).

O impacto dos programas sociais na vida das pessoas mais vulneráveis, em especial, a partir de programas de transferência de renda, tem por objetivo reduzir desigualdades sociais e regionais, tais ações preponderam as iniciativas no que tange a medidas de combate à desigualdade. Todo esse cenário se torna ainda mais complexo num país extremamente desigual, onde suas instituições democráticas são recentes e frágeis, constituindo grandes desafios no estabelecimento de políticas.

Diante do cenário de desigualdade social, temos a possibilidade de analisar indicadores sociais que podem nos dar a dimensão sobre o avanço ou retrocesso das políticas públicas adotadas, de acordo com Jannuzzi (2001, p. 23):



Os indicadores produto (*outcome ou output indicators*) são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas. Enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos disponibilizados das diversas políticas sociais, os indicadores-produto retratam os resultados efetivos dessas políticas.

De forma mais destacada, o PBF desempenha papel preponderante nas políticas de combate à desigualdade social, especialmente na transferência de renda destinadas a parcela mais vulnerável da população. O PBF vem em conjunto com as políticas sociais, em especial, com a sua vinculação dentro do tripé da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), intrínseco à política pública da Assistência Social. Tal política intervém para garantir segurança socioassistenciais: (i) renda; (ii) acolhida; (iii) convivência familiar e comunitária; (iv) autonomia; e (v) apoio e auxílio⁶. O que contribui para alcançar uma parcela da população mais vulnerável social e economicamente, muitas vezes invisibilizadas por parte do Estado.

Assim,

[...] pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social inédita em suas vidas – e inédita no Brasil. E para quem não tinha praticamente nada, ter algum avanço de renda, mesmo que pequeno, já causa um grande impacto na vida. (Weissheimer, 2006, p. 12).

Por meio de unidades públicas que oferecem serviços socioassistenciais, o PBF alcança o seu público-alvo em estreita relação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na medida em que a proteção de renda transferida constitui um dos direitos socioassistenciais. Vale destacar que o PBF potencializou o CadÚnico transformando-o em um importante banco de dados sociais de diagnóstico e mecanismo de criação e apoio a programas sociais e serviços municipais, estaduais ou federais. Neste sentido, não há como desvincular o PBF do Cadastro Único.

Dessa maneira,

O Cadastro deve, por princípio, ser o registro administrativo no qual se baseia uma gama de políticas sociais e, neste sentido, pode e deve ser entendido como algo maior do que o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, entretanto, sabe-se que o esforço para a construção de um registro administrativo do porte do CadÚnico só seria viabilizado se houvesse um forte programa usuário. Este programa foi o Bolsa Família. (Paiva; Falcão; Bartholo, 2013, p. 30).

Além disso,

⁶ As seguranças socioassistenciais estão previstas no artigo 4º da NOB/2012.



[...] o CadÚnico, que teve sua expansão e consolidação ancorada na trajetória de expansão do PBF, em 2011 ampliou sua utilização para mais de dezoito programas do governo federal (Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Verde, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros),⁵ constituindo-se na porta de entrada para o acesso à boa parte das políticas sociais brasileiras, justamente aquelas voltadas para a parcela da população historicamente com menor visibilidade para a política pública. (Camargo *et al*, 2013, p. 160).

A construção de um cadastro que reúne dados pertinentes a uma faixa da população, notoriamente em estado de vulnerabilidade social, em uma determinada localidade, pode fornecer subsídio sobre determinada realidade social, permitindo a verificação do contexto de desigualdade territorial.

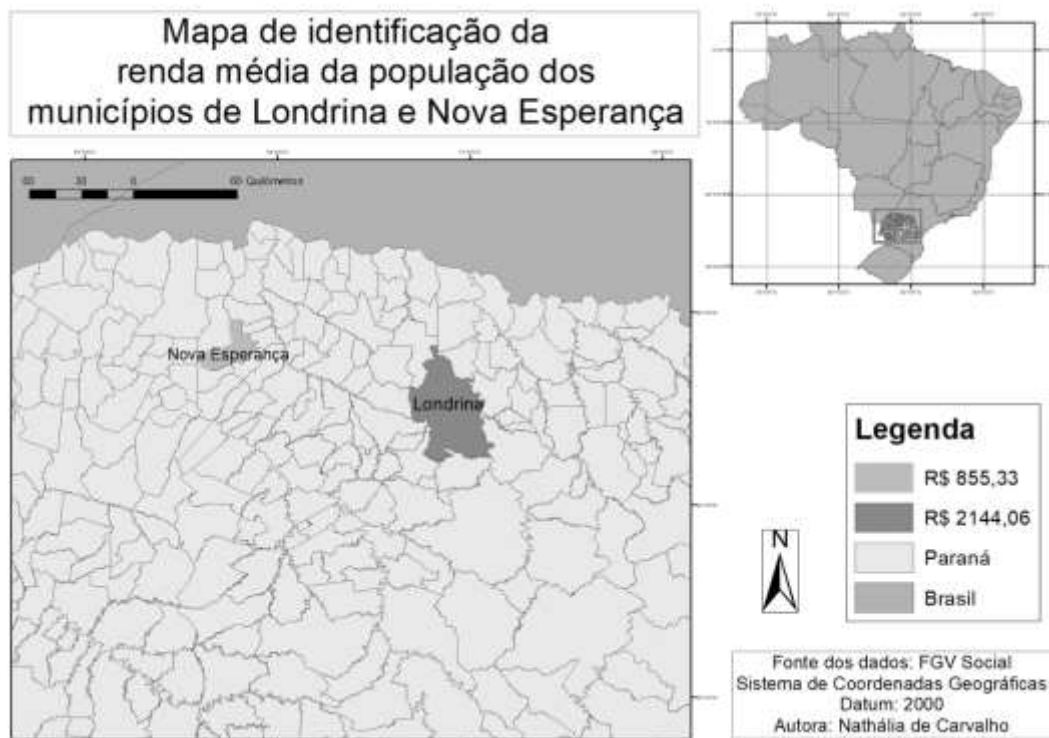
É importante destacar que foi suprimida a categoria de extrema pobreza que, até dezembro de 2022, eram as famílias com renda per capita de até R\$105,00, em especial essa especificação era utilizada para as famílias unipessoais, pois, a possibilidade de receber o então Auxílio Brasil se dava dentro desta faixa de renda para as pessoas que moram sozinhas. A partir de janeiro de 2023, com a retomada do “Novo Programa Bolsa Família” pelo governo federal, passa-se a considerar apenas a situação de pobreza com renda per capita de até R\$218,00, inclusive para as famílias unipessoais.

Neste estudo, nosso olhar se dirige a dois municípios com universo populacional bastante distintos, conforme o mais recente Censo Demográfico (IBGE, 2023), o município de Londrina tem uma população total de 555.965 habitantes, ao passo que Nova Esperança concentra 26.585 pessoas. Em termo da política de assistência social, esses municípios se classificam como de grande e pequeno porte, respectivamente.

Para nos aproximarmos da leitura da desigualdade social, aqui utilizamos o Cadastro Único como plataforma que agrega informações das famílias mais empobrecidas. No entanto, reconhecemos a importância de também identificar o extremo oposto do espectro da desigualdade social, ou seja, identificar a riqueza presente nos municípios estudados.

Nesse sentido, trazemos os dados referente às informações sobre renda presente nas declarações de imposto de renda dos munícipes de Nova Esperança e de Londrina que estão publicizados no Mapa da Riqueza (2023).

Figura 1 – Mapa de identificação da renda média da população dos municípios de Londrina e de Nova Esperança/PR.



Fonte: FGV Social, 2023.

Nota: Elaboração própria.

A Figura 1 ilustra uma grande disparidade na renda média da população entre os dois municípios, com Londrina apresentando uma população com renda mais de duas vezes superior à de Nova Esperança. Certamente, isso influencia a qualidade de vida da população e o desenvolvimento das políticas municipais. É importante notar que, não apenas a renda em Londrina é maior, mas também o patrimônio líquido, que é aproximadamente três vezes superior, conforme demonstrado na Tabela 1. Contudo, chamamos a atenção sobre a proporção que só se manifesta quando analisamos os dados em relação à média da população, o que não se mantém se considerarmos apenas as variáveis de renda e patrimônio líquido dos declarantes.

Tabela 1 – Comparação de renda média e do patrimônio líquido da população declarante e não declarante nos municípios de Londrina e de Nova Esperança, 2020.

Município	Declarantes (%)	Renda Média da População (R\$)	Patrimônio Líquido Médio da População (R\$)	Renda Média dos Declarantes (R\$)	Patrimônio Líquido Médio dos Declarantes (R\$)
Londrina/PR	22,10%	R\$2.144,06	R\$90.284,26	R\$9.702,36	R\$408.556,00
Nova Esperança/PR	11,61%	R\$855,33	R\$35.701,29	R\$7.365,08	R\$307.404,54

Fonte: FGV Social, 2020.

Nota: dados trabalhados pelas autoras.



Esses dados nos sugerem que a desigualdade social em Nova Esperança é mais acentuada do que em Londrina. Ainda, na análise da Tabela 1, observamos que, quando consideramos apenas a renda dos declarantes, há uma diferença de aproximadamente 30% a mais do que na renda e no patrimônio dos declarantes de Londrina em relação a Nova Esperança. Essa diferença percentual aumenta cerca de 300% quando ponderamos a renda e o patrimônio líquido da média da população. Ou seja, a concentração de renda em Nova Esperança é significativamente mais expressiva do que em Londrina.

Além disso, em Nova Esperança, a renda média dos declarantes é até 8,6 vezes maior do que a renda média da população, isto é, 11,61% dos habitantes detêm essa concentração de renda. Por outro lado, em Londrina, embora haja uma disparidade na renda média entre declarantes e não declarantes, essa diferença é de apenas 4,5 vezes, evidenciando que em ambos os municípios há concentração de renda, mas que em Nova Esperança essa concentração é mais intensa. Essa relação sugere que o empobrecimento da população do município de pequeno porte é mais pronunciado, demandando maior atenção das políticas de proteção social, o que geralmente não ocorre.

Ao examinarmos os dados do CadÚnico, notamos, por outro lado, através da Tabela 2 e da Tabela 3, que a condição de pobreza, representada por famílias que recebem até meio salário mínimo, prevalece em ambos os municípios. No entanto, ressaltamos que em Londrina há um maior número de famílias com renda familiar per capita inferior a \$109,00, o que sugere que, embora a concentração de renda seja maior em Nova Esperança, a condição de pobreza é mais intensa no município de Londrina.

Tabela 2 – Número de famílias cadastradas pela faixa de renda familiar per capita no Cadastro Único do município de Nova Esperança/PR

Faixa da renda familiar <i>per capita</i>	Famílias Cadastradas
Pobreza 1 (até R\$ 109)	1.000
Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	637
Baixa Renda	1.318
Acima de 1/2 S.M.	2.118
Sem Resposta	0
TOTAL	5.073

Fonte: CECAD (2024).

Nota: dados trabalhados pelas autoras.

Tabela 3 – Número de famílias cadastradas pela faixa de renda familiar per capita no Cadastro Único do município de Londrina/PR.



Faixa da renda familiar <i>per capita</i>	Famílias Cadastradas
Pobreza 1 (até R\$ 109)	51.178
Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	15.763
Baixa Renda	5.623
Acima de 1/2 S.M.	3.591
Sem Resposta	0
TOTAL	76.156

Fonte: CECAD (2024).

Nota: dados trabalhados pelas autoras.

Os dados das Tabelas 2 e 3 sugerem que no município de menor porte existem mais oportunidades de acesso à renda, mesmo que seja uma renda baixa, como por exemplo na zona rural. No que concerne ao município de maior porte, não há tantas oportunidades para aqueles trabalhadores com menor qualificação, o que torna a entrada no mercado de trabalho mais concorrida.

Com isso, destacamos que no município de Nova Esperança/PR, há um número expressivo de famílias cadastradas com renda acima de meio salário mínimo (Tabela 2), o que pode nos apontar a uma grande procura da população por outros programas e benefícios sociais além do Bolsa Família (Tabela 4). Esses programas podem incluir a carteira do idoso, a carteira do ID jovem, o programa estadual Leite das Crianças e a participação em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, benefícios muito necessários para famílias com poder aquisitivo mais restrito.

Tabela 4 – Número de famílias cadastradas no Cadastro Único que recebem o Programa Bolsa Família no município de Nova Esperança/PR.

Recebem o BPF	Estado cadastral da família		TOTAL
	Cadastrado	Sem resposta	
Não	3.372	0	3.372
Sim	1.701	0	1.701
TOTAL	5.073	0	5.073

Fonte: CECAD (2024).

Nota: dados trabalhados pelas autoras.

Tabela 5 – Número de famílias cadastradas no Cadastro Único que recebem o Programa Bolsa Família no município de Londrina/PR.

Recebem o BPF	Estado cadastral da família			TOTAL
	Cadastrado	Sem resposta	Sem registro civil	



Não	46.579	0	1	46.580
Sim	29.576	0	0	29.576
TOTAL	76.155	0	1	76.156

Fonte: CECAD (2024).

Nota: dados trabalhados pelas autoras.

Diante do exposto nas Tabelas 4 e 5, é notável que a condição de pobreza em Londrina seja mais expressa, visto que aproximadamente 39% das famílias cadastradas no CadÚnico recebem o benefício do PBF, em comparação com Nova Esperança, onde cerca de 33% das famílias são beneficiadas. Isso sugere que, em municípios de menor porte, a pobreza extrema possa ser menos prevalente, possivelmente devido à presença de oportunidades de renda menos exigentes e à existência potencial de uma rede de proteção sustentada por laços familiares e comunitários. Em contrapartida, no município de Londrina, é plausível que a condição de pobreza esteja associada a oportunidades mais desafiadoras em grandes centros urbanos, onde há concentração de sujeitos expropriados de bens e vulneráveis a exploração. Destarte, a pós o período da pandemia da COVID-19, durante o qual a ampliação dos benefícios de transferência de renda foi necessária devido à gravidade desse momento tanto para o mundo quanto para o Brasil, houve um aumento na demanda da população por esses benefícios e, conseqüentemente, pelos serviços oferecidos pela Política de Assistência Social. Esse fenômeno resultou na inclusão de uma parcela da população que nunca havia recorrido a tais serviços, gerando uma maior visibilidade e debate sobre a importância da transferência de renda como política de proteção social e direito. Como resultado, muitos indivíduos procuraram se inscrever no Cadastro Único.

O que nos leva à reflexão de que, mesmo as famílias ultrapassando as rendas *per capita*s estabelecidas para os programas de transferência de renda, sendo o Programa Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ainda buscam proteção de renda, uma vez que é necessária a suplementação para sobreviver.

Desse modo, podemos inferir que as políticas sociais precisam ser reformuladas, em especial os critérios pautados no recorte de rendas *per capita*s, indicando a necessidade do seu aumento, para que mais pessoas possam ser beneficiadas. Dessa maneira, as provisões das políticas sociais, oferecidas por seus serviços, benefícios, programas e projetos não conseguem dar conta de atender a real necessidade e essa lacuna deixa um vazio protetivo que precisa ser lançado à luz.

E ainda, de maneira mais profunda, nos leva a desembocar numa proposta maior de transferência de renda, como a renda básica universal defendida por Eduardo Suplicy (PT) há 20 anos, que pode trazer mais liberdade, dignidade a toda a população, podendo oportunizar



autonomia financeira às mulheres, por exemplo, refletindo positivamente em outros problemas sociais, como a violência doméstica e a violência sexual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a compreensão dos dados que evidenciam a desigualdade social é uma tarefa complexa, assim como o manuseio das estatísticas produzidas requer o aprimoramento de conhecimentos na construção de indicadores sociais, que consigam quantificar, de forma efetiva, as diferenças sociais, considerando a apreensão das dinâmicas e especificidades locais e sociais.

O tratamento dos dados neste trabalho evidenciou que a desigualdade social se faz presente de forma marcante, tanto em municípios de pequeno quanto de grande porte. Nos chamou atenção a condição de que, em municípios de grande porte, o número de pessoas em condição de extrema pobreza é bastante significativo, o que demonstra que as oportunidades oferecidas não são acessíveis a todos, ao contrário, concentrando-se nas áreas urbanas, onde muitos vivem às bordas da sociedade capitalista, os quais formam aglomerado de sujeitos nem conseguem ser explorados.

Por outro lado, em municípios de pequeno porte, embora a pobreza extrema seja menos significativa, supostamente devido à existência de oportunidades de renda menos exigentes e à possível presença de uma rede de proteção sustentada por laços familiares, a concentração de renda é mais alta. O município de pequeno porte estudado apresenta um número considerável de pessoas com alto acúmulo de renda e patrimônio, ilustrando a quantidade de recursos financeiros disponíveis e a sua apropriação por poucos.

Compreendemos que as desigualdades apresentadas constituem organicamente a sociedade capitalista, mas revelam a importância das políticas sociais, especialmente as de transferência de renda para a população.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D.; CAVENAGH, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 41- 42.

AMMANN, S. B. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

ARREGUI, C. C.; SANTOS, V. A. dos. **Território e Ferramentas de Gestão**. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 2009.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica/SUAS**. Brasília: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

CAMARGO, C. F.; CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MOSTAFA, J. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela?. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 31

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. v. 1. 159 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2023.

JANNUZZI, P. M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 1, 2018.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr/jun, 2005.

_____. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

NERI, M. C. **Mapa da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/FGV Social, 2023. 40 p.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda?. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 57- 58.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

YWATA, S. Y.; GIROTO, A. P. S.; ROCHA; S. T. Os Indicadores Sociais como Instrumento de Gestão Social. **Serviço Social em Revista**, v. 10, n. 2, jan/jul 2008.